



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Edital nº 001/2013

CONCURSO PÚBLICO

Prova Preambular Objetiva – 08/12/2013



201 – Assessor Jurídico

INSTRUÇÕES

- Confira, abaixo, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
- Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
- A prova é composta de 100 questões objetivas.
- Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 4 alternativas cada uma, sempre na sequência **a, b, c, d**, das quais somente uma deve ser assinalada.
- A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
- Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
- O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica preta, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
- Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
- Não será permitido ao candidato manter em seu poder relógios, aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, *tablet*, calculadora, agenda eletrônica, MP3 etc.), devendo ser desligados e colocados OBRIGATORIAMENTE no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do concurso.
- A duração da prova é de 5 horas. Esse tempo inclui a resolução das questões e a transcrição das respostas para o cartão-resposta.
- Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova e o cartão-resposta.
- Se desejar, anote as respostas no quadro abaixo, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 5 horas

INSCRIÇÃO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

✂

RESPOSTAS

01 -	11 -	21 -	31 -	41 -	51 -	61 -	71 -	81 -	91 -
02 -	12 -	22 -	32 -	42 -	52 -	62 -	72 -	82 -	92 -
03 -	13 -	23 -	33 -	43 -	53 -	63 -	73 -	83 -	93 -
04 -	14 -	24 -	34 -	44 -	54 -	64 -	74 -	84 -	94 -
05 -	15 -	25 -	35 -	45 -	55 -	65 -	75 -	85 -	95 -
06 -	16 -	26 -	36 -	46 -	56 -	66 -	76 -	86 -	96 -
07 -	17 -	27 -	37 -	47 -	57 -	67 -	77 -	87 -	97 -
08 -	18 -	28 -	38 -	48 -	58 -	68 -	78 -	88 -	98 -
09 -	19 -	29 -	39 -	49 -	59 -	69 -	79 -	89 -	99 -
10 -	20 -	30 -	40 -	50 -	60 -	70 -	80 -	90 -	100 -

**Direito
Constitucional**

**Direito
Administrativo**

**Direito
Processual Civil**

**Direito
Processual Penal**

Direito Comercial

Direito Penal

Direito Civil

Direito Tributário

**Código de Organização
e Divisão Judiciária
e Regime Interno do
Tribunal de Justiça do
Estado do Paraná**

**Estatuto da Criança e
do Adolescente**

DIREITO CONSTITUCIONAL

01 - A decretação de intervenção federal nos Estados, na hipótese de recusa de execução de lei federal, depende de provimento:

- a) pelo Supremo Tribunal Federal, de representação formulada por dois terços dos integrantes da Câmara dos Deputados.
- b) pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral da República.
- c) pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Presidente da República.
- ▶ d) pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.

02 - Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- a) Não se admite controle de constitucionalidade de leis orçamentárias.
- ▶ b) Bloco de constitucionalidade é o parâmetro de constitucionalidade fundado numa concepção ampliada de elemento conceitual de constitucionalidade, numa ideia de ordem constitucional global.
- c) No mandado de injunção, cabe ao Poder Judiciário apenas comunicar a mora legislativa.
- d) O efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal alcança o Poder Legislativo e a Administração Pública, não alcançando o Poder Judiciário.

03 - Acerca do processo legislativo previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) As leis complementares à Constituição, aprovadas pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, podem dispor sobre qualquer matéria e são sempre hierarquicamente superiores às leis ordinárias, inclusive de competência dos Estados, revogando-as automaticamente nas hipóteses de incompatibilidade.
- b) As medidas provisórias podem tratar de qualquer matéria, inclusive daquelas reguladas por lei complementar e relativas à organização e garantias dos Poderes e do Ministério Público, desde que mediante delegação do Congresso Nacional.
- ▶ c) A fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal compete ao Congresso Nacional, desde que sancionada pelo Presidente da República.
- d) O veto parcial do Presidente da República pode limitar-se a palavras, expressões ou trechos das normas, por considerá-los inconstitucionais ou contrários ao interesse público, mantendo o restante dos artigos, parágrafos, incisos ou alíneas.

04 - Acerca do alistamento eleitoral e do voto, assinale a alternativa correta.

- a) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os conscritos durante o período do serviço militar obrigatório.
- ▶ b) Para os analfabetos e os maiores de setenta anos são facultativos o alistamento eleitoral e o voto.
- c) Aos maiores de dezoito anos é facultado o voto e o alistamento eleitoral.
- d) Os estrangeiros podem alistar-se como eleitores.

05 - Segundo a Constituição Federal, o exercício de qualquer atividade econômica:

- ▶ a) é livre, sem dependência de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- b) é livre, mas depende de autorização de órgãos públicos.
- c) só é permitido quando autorizado por lei e de acordo com os regulamentos administrativos.
- d) sempre dependerá da fiscalização e permissão dos órgãos públicos.

06 - Acerca da intervenção, assinale a alternativa correta.

- a) Quando o Presidente da República faz intervenção de ofício, há intervenção provocada.
- b) Há intervenção espontânea pelo Poder Legislativo quando houver situação de ofensa ao livre exercício dos poderes.
- c) Cabe ao Procurador Geral de Justiça dos Estados-Membros solicitar ao STF a intervenção para proteção dos princípios constitucionais sensíveis.
- ▶ d) Na solicitação pelo Poder Legislativo, o Presidente da República não estará obrigado a intervir, possuindo discricionariedade.

07 - Acerca dos direitos sociais, assinale a alternativa correta.

- a) A previsão de piso salarial proporcional à complexidade do trabalho não tem assento constitucional.
- b) É assegurada na Constituição Federal a participação do trabalhador nos lucros da empresa.
- ▶ c) A garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola é direito social, ainda que não esteja expressa no rol dos direitos sociais.
- d) É assegurado na Constituição Federal o adicional de serviço noturno, ainda que sujeito o empregado ao regime de revezamento.

08 - Acerca das competências legislativas, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Os Estados detêm competência para legislar sempre que a Constituição Federal não lhes vedar tal prerrogativa.
- b) Cabe aos Municípios o direito de explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.
- c) Cumpre aos Estados legislar sobre assuntos de interesse local.
- d) É concorrente a competência para legislar sobre direito tributário e financeiro.

09 - Acerca do processo legislativo, assinale a alternativa correta.

- a) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República terá início no Senado Federal.
- ▶ b) As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Senado Federal disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.
- c) O projeto de lei delegada pode ser emendado pelo Congresso Nacional.
- d) Não há, no direito brasileiro, sanção tácita.

10 - Acerca da expulsão e da extradição, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) A extradição solicitada por Estado estrangeiro será processada e julgada originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.
- b) A expulsão solicitada por Estado estrangeiro será processada e julgada originariamente pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) A extradição solicitada por Estado estrangeiro será processada e julgada originariamente pelo Tribunal Regional Federal do Distrito Federal.
- d) A expulsão solicitada por Estado estrangeiro será processada e julgada originariamente pelo Tribunal Regional Federal do domicílio do extraditando.

DIREITO ADMINISTRATIVO**11 - A respeito das competências cabíveis aos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta.**

- a) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas do Presidente da República no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento.
- b) Verificada ilegalidade, compete ao Tribunal de Contas da União imediatamente sustar a execução de ato ou contrato, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- ▶ c) É inconstitucional norma local que estabeleça a competência do Tribunal de Contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o Poder Público.
- d) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode declarar a inconstitucionalidade das leis e dos atos do poder público.

12 - Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma característica da parceria público-privada.

- a) Prévia licitação, na modalidade concorrência, podendo o edital definir que as propostas econômicas serão apresentadas por escrito, seguidas de lances em viva voz, caso em que a apresentação dos referidos lances poderá ser restringida aos licitantes cuja proposta escrita for no máximo 20% (vinte por cento) maior que o valor da melhor proposta.
- b) Prazo mínimo igual ou superior a 5 (cinco) anos.
- c) Repartição objetiva de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.
- ▶ d) Contraprestação da administração pública ao parceiro privado, mediante cessão de crédito tributário, obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.

13 - Em relação à Lei Federal nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessões e permissões de serviços públicos, considere as seguintes afirmativas:

1. A concessionária poderá ser responsável pelas desapropriações dos bens necessários à execução do serviço ou obra pública, mediante outorga do poder concedente. Nesse caso, as indenizações cabíveis serão de responsabilidade do poder concedente, a quem pertence a titularidade do serviço.
2. O poder concedente pode intervir na concessão, mediante decreto. Declarada a intervenção, no prazo de trinta dias deve ser instaurado procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades. O procedimento deve ser concluído em até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.
3. Entre outras hipóteses, extingue-se a concessão por caducidade, que ocorre quando expirado o prazo contratual.
4. O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, hipótese em que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- ▶ d) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

14 - Com base na Lei Federal 8.429/1992 (Lei de Improbidade), identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, mas o representante não poderá omitir sua identidade.
- () O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas poderá, de ofício ou a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.
- () Proposta a ação principal de improbidade e recebida a petição inicial, o juiz da causa designará audiência de conciliação, se esta for de interesse das partes e do Ministério Público.
- () A ação de improbidade poderá ser proposta sem documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da existência do ato de improbidade, desde que oferecidas razões fundamentadas da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) F – F – V – V.
- b) V – V – F – F.
- ▶ c) V – F – F – V.
- d) F – V – V – F.

15 - Com relação às licitações públicas, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () A celebração de convênio não exige prévia realização de procedimento licitatório.
- () Segundo a Lei Federal 8.666/93, é permitida a contratação direta por inexigibilidade de licitação quando se tratar de serviços de publicidade e divulgação.
- () É dispensável licitação para aquisição de obra de arte destinada a decorar gabinete de autoridade administrativa de alto escalão, desde que certificada a autenticidade da obra de arte.
- () A licitação é deserta quando todos os licitantes presentes no certame são inabilitados ou desclassificados.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- ▶ a) V – F – F – F.
- b) F – V – V – F.
- c) F – V – F – V.
- d) V – F – V – V.

16 - Acerca dos mecanismos de preservação ou restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos, considere as seguintes afirmativas:

1. A atualização financeira aplica-se a hipóteses de atrasos nos pagamentos devidos pela administração e incide desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento.
2. A repactuação destina-se a proteger os valores contratados da defasagem provocada pelo fenômeno inflacionário, sendo implementada pela demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato.
3. O reajuste é cláusula necessária dos contratos administrativos, depende do decurso da periodicidade mínima de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, e tem por objetivo preservar o valor contratual em virtude da inflação.
4. A revisão depende de previsão contratual e tem por escopo restaurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em caso de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- ▶ b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.

17 - Em relação aos limites com despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) A despesa total com pessoal, em cada Estado e período de apuração, não poderá exceder o equivalente a 50% de sua receita corrente líquida.
- b) Incluem-se no limite de despesa total com pessoal as despesas com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes da compensação financeira entre os regimes previdenciários.
- c) Se a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite, é vedado ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde, segurança e arrecadação de tributos.
- ▶ d) É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo poder ou órgão.

18 - Em relação ao regime estabelecido pela Lei Federal 9.784/1999 para os recursos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso administrativo deve ser apresentado diretamente à autoridade superior àquela que proferiu a decisão impugnada, devendo tramitar no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- ▶ b) Têm legitimidade para interpor recurso administrativo aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.
- c) Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida, e de vinte dias o prazo para decisão, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.
- d) O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência, mas de sua decisão não poderá resultar agravamento da sanção.

19 - Sobre o regime constitucional dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) São considerados estáveis, porém não efetivos, os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, que não tenham ingressado mediante concurso público, em exercício na data da promulgação da Constituição há pelo menos cinco anos continuados.
- b) Aplica-se a aposentadoria compulsória aos 70 (setenta) anos para notários e registradores.
- c) É constitucional dispositivo de lei local que imponha limitações à contagem do tempo de contribuição na administração pública ou no serviço privado, para efeitos e compensação financeira entre os regimes previdenciários.
- d) Viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário-mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

20 - “Desapropriação é o procedimento de direito público pelo qual o Poder Público transfere para si a propriedade de terceiro, por razões de utilidade pública ou de interesse social, normalmente mediante o pagamento de indenização” (CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*, 26. ed., 2013, p. 820). Sobre o instituto da desapropriação, considere as seguintes afirmativas:

1. Conforme o critério da preponderância do interesse, a União pode, mediante autorização legislativa, desapropriar bens dos Estados, mas estes não podem desapropriar bens da União.
2. Desapropriação indireta é aquela que abrange a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, bem como aquelas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço.
3. Desapropriação por zona é o fato administrativo pelo qual o Estado se apropria de bem particular, sem observância dos requisitos da declaração e da indenização prévia.
4. No caso da desapropriação confiscatória, motivada pela cultura ilegal de plantas psicotrópicas, toda a propriedade deve ser expropriada, ainda que o plantio ocupe somente parte dela.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- ▶ c) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21 - Acerca do litisconsórcio e da assistência, assinale a alternativa correta.

- a) O litisconsórcio necessário pode ocorrer somente no polo ativo da relação jurídica processual.
- ▶ b) O litisconsórcio facultativo ativo pode sofrer limitação quanto ao número de litigantes.
- c) Salvo disposição em contrário, os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes indistintos; os atos e as omissões de um prejudicarão ou beneficiarão os outros.
- d) Considera-se assistente simples da parte principal o assistente, toda vez que a sentença houver de influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.

22 - Acerca dos prazos processuais, assinale a alternativa correta.

- a) As partes, estando todas de acordo, podem reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.
- b) Decorrido o prazo, extingue-se, após declaração judicial, o direito de praticar o ato.
- c) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- ▶ d) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.

23 - A citação será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, EXCETO:

- a) quando for ré empresa pública.
- b) quando for ré pessoa doente.
- ▶ c) nos processos de execução.
- d) nas ações que versem sobre direitos reais.

24 - São requisitos de admissibilidade da cumulação de pedidos, EXCETO:

- a) que os pedidos sejam compatíveis entre si.
- b) que seja competente para conhecer deles o mesmo juízo.
- ▶ c) que haja entre eles conexão.
- d) que seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento.

25 - Acerca do indeferimento da petição inicial, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Após o despacho liminar positivo, o juiz pode indeferir a petição inicial.
- () É inepta a petição inicial quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.
- () Quando o juiz indefere a petição inicial, por motivo de decadência ou prescrição, há encerramento do processo com julgamento de mérito.
- () O ato do juiz que indefere a petição inicial é decisão interlocutória, impugnável pelo recurso de agravo de instrumento, com possibilidade de juízo de retratação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- ▶ a) F – V – V – F.
- b) V – F – F – V.
- c) F – F – V – V.
- d) V – V – F – F.

26 - Acerca dos recursos no processo civil, considere as seguintes afirmativas:

1. A apelação produz, em regra, ambos os efeitos – devolutivo e suspensivo.
2. O recurso cabível contra a decisão que decide a liquidação de sentença é a apelação.
3. Não cabe, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes.
4. Contra a decisão do órgão especial de um Tribunal de Justiça que decide o incidente de inconstitucionalidade, é cabível recurso extraordinário.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- ▶ c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

27 - Acerca dos recursos no processo civil, considere as seguintes afirmativas:

1. Nas decisões por maioria, em reexame necessário, se admitem embargos infringentes.
2. Em profundidade, não fica o órgão *ad quem* competente para o julgamento dos embargos infringentes adstrito aos motivos invocados no voto vencido.
3. Não será conhecido o recurso extraordinário que não apresentar preliminar formal de repercussão geral.
4. O agravo de instrumento interposto contra decisão que não admitir recurso especial ou recurso extraordinário será instruído, obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado e, facultativamente, com outras peças que o agravante entender úteis.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- ▶ b) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.

28 - Acerca das provas, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.
- b) A prova exclusivamente testemunhal só se admite nos negócios jurídicos cujo valor não ultrapasse o do maior salário mínimo vigente no país.
- c) Não pode ser admitido o depoimento dos cônjuges, ascendentes e descendentes das partes.
- d) As declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação aos destinatários.

29 - Acerca do processo de execução, assinale a alternativa correta.

- a) A sentença arbitral é título executivo extrajudicial.
- b) O instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores é título executivo judicial.
- c) É anulável a execução se o título executivo extrajudicial não corresponder a obrigação certa, líquida e exigível.
- ▶ d) É efeito material da penhora tornar ineficazes em relação ao credor penhorante os atos de disposição dos bens penhorados que porventura venha o devedor a praticar.

30 - Acerca do mandado de segurança, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado são de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- () É inconstitucional o prazo de decadência de 120 (cento e vinte) dias para a impetração de mandado de segurança.
- () Questões de direito controvertidas impedem a concessão de mandado de segurança.
- () O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- ▶ a) V – F – F – V.
- b) F – F – V – F.
- c) V – V – V – F.
- d) F – V – F – V.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31 - Sobre a competência processual penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Compete ao foro do local da recusa processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos.
- b) A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.
- ▶ c) É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência processual penal determinada pela matéria.
- d) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecida exclusivamente pela Constituição estadual.

32 - Acerca dos procedimentos nos processos penais, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) É possível, nos termos da lei, o desaforamento de júri por excesso de serviço na comarca originariamente competente para a realização do julgamento, se este não puder ser realizado em 6 meses, contado o período do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.
- b) No rito ordinário, as alegações finais devem, necessariamente, ser orais, realizadas por ocasião da audiência de instrução e julgamento.
- c) Se um deputado federal comete crime de lesão corporal leve contra alguém, seu processo deve seguir o rito ordinário.
- d) No rito do júri, para que haja pronúncia, é necessário que o juiz esteja convencido de que a infração praticada não é crime doloso contra a vida.

33 - Os crimes praticados a bordo de aeronave nacional, dentro do espaço aéreo correspondente ao território brasileiro, ou ao alto-mar, ou a bordo de aeronave estrangeira, dentro do espaço aéreo correspondente ao território nacional, serão processados e julgados pela justiça da comarca:

- a) sobre a qual o fato ocorreu no momento da passagem da aeronave.
- ▶ b) de onde houver partido a aeronave.
- c) do domicílio do réu.
- d) onde tenha ocorrido o último ato da execução.

34 - Considere o seguinte problema: X, Y e Z, mediante prévio acordo de vontades, todos desempregados, reuniram-se para praticar crimes. Sendo assim, partiram uma manhã para o centro de Curitiba, onde, mediante ação conjunta de todos, subtraíram, sem que ninguém percebesse, um automóvel da marca Honda, modelo Fit, que estava estacionado na rua. Com o automóvel, dirigiram-se para Campo Largo, onde decidiram “assaltar” um supermercado. Os três dirigiram-se até o estabelecimento e, com as mãos nos bolsos, fingindo estarem armados, deram voz de assalto e subtraíram para si a quantia de R\$ 2.500,00 dos caixas e um relógio da funcionária operadora do caixa. Acabaram presos, horas depois, em Curitiba, de posse do automóvel, do dinheiro e do relógio subtraídos. Com base no exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Entre o furto do automóvel e o roubo do supermercado há conexão intersubjetiva por simultaneidade.
- b) O juízo competente para julgar X, Y e Z pode ser tanto o de Curitiba quanto o de Campo Largo, a depender de quem despachar primeiro nos autos.
- c) O juízo competente para julgar X, Y e Z é o de Curitiba, vez que foi onde se efetuaram as prisões.
- ▶ d) O juízo competente para julgar X, Y e Z é o de Campo Largo, vez que lá ocorreu o crime mais grave.

35 - Sobre a persecução penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A investigação criminal é a atividade preparatória para o exercício da ação penal, procurando elementos sobre a autoria e materialidade, bem como as circunstâncias que envolvem o delito.
- ▶ b) O Ministério Público não pode oferecer denúncia com base em peças de informação, mesmo se estas forem suficientes para indicar elementos de autoria e materialidade de determinado fato típico, sendo necessário requisitar a instauração de inquérito policial.
- c) A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não podendo ser considerada para efeitos de reincidência.
- d) O inquérito policial é uma das formas de investigação criminal, não tem rito preestabelecido e nem é providência prévia indispensável ao início da persecução penal.

36 - Sobre os princípios do direito processual penal e da ação penal de iniciativa privada, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Pelo princípio do juiz natural, todo cidadão tem direito de ser julgado por um juízo previamente estabelecido por lei, e não ad hoc criado ou tido como competente.
- b) A exigência da correlação entre acusação e sentença, no processo penal, decorre do princípio da indeclinabilidade da jurisdição.
- c) A extinção do processo penal, por abandono da causa pelo querelante, ocorre automaticamente após 15 dias sem promover o autor o andamento do processo.
- d) Pelo princípio da imparcialidade, o juízo não pode prorrogar a sua competência para além daquela estabelecida na lei.

37 - Sobre ritos processuais e nulidades, assinale a alternativa correta.

- a) As infrações de menor potencial ofensivo sempre são apuradas através do rito sumaríssimo.
- b) A citação por edital sempre leva à suspensão do processo penal.
- c) Na audiência preliminar do rito sumaríssimo, segundo a lei, não é necessária a presença de advogados.
- ▶ d) No rito do júri, durante a sessão de julgamento, não é permitida a exibição de vídeo que não foi juntado aos autos com a antecedência mínima de três dias úteis, dando-se ciência à parte contrária.

38 - Considerando as regras vigentes sobre ação penal, liberdade provisória e habeas corpus, assinale a alternativa INCORRETA.

- ▶ a) A ação penal poderá iniciar-se antes de declarada a falência e extinguir-se-á quando reformada a sentença que a tiver decretado.
- b) Não se conhece de habeas corpus contra omissão de relator de extradição, se fundado em fato ou direito estrangeiro cuja prova não constava dos autos, nem foi ele provocado a respeito.
- c) Não cabe habeas corpus quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- d) Não cabe habeas corpus contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.

39 - Sobre as nulidades processuais, ritos e teoria geral da prova, assinale a alternativa correta.

- a) Todas as nulidades processuais só podem ser arguidas pelas partes até o início da audiência de instrução.
- ▶ b) O instituto da suspensão condicional do processo não é restrito apenas às infrações de menor potencial ofensivo.
- c) Pelo princípio da irrelevância do ato, o ato processual viciado mas que não influencia na decisão do juiz não deve ser declarado válido.
- d) Na falta de regra nos demais ritos, aplicam-se a todos as regras do rito sumaríssimo, subsidiariamente.

40 - Sobre os recursos no processo penal e as ações impugnativas autônomas, assinale a alternativa correta.

- a) É de cinco dias o prazo para interposição de agravo contra decisão do juiz da execução penal.
- b) No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.
- ▶ c) A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, impede o conhecimento da apelação por este interposta.
- d) Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprindo a nomeação de defensor dativo.

DIREITO COMERCIAL**41 - Acerca do conceito de empresário no direito empresarial brasileiro, assinale a alternativa correta.**

- a) O uso de auxiliares é um requisito necessário para a caracterização de uma atividade econômica como empresária.
- ▶ b) Uma sociedade anônima que tem como objeto social o exercício exclusivo de atividade intelectual é considerada empresária.
- c) A prática eventual de atividade econômica organizada para a produção de bens caracteriza-se como empresarial.
- d) A inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis é obrigatória para o empresário que tem a atividade rural como principal atividade.

42 - Acerca do trespasse, assinale a alternativa correta.

- a) Na hipótese em que o empresário não tem bens suficientes para solver o seu passivo, o trespasse é ineficaz se não houver a concordância expressa dos credores.
- b) Os débitos regularmente contabilizados pelo alienante são de responsabilidade exclusiva do adquirente pelo prazo de um ano.
- ▶ c) A inclusão no contrato de trespasse de uma cláusula de não concorrência do alienante para com o adquirente com duração de uma semana é lícita.
- d) O aviamento corresponde ao local onde se encontra o estabelecimento empresarial.

43 - Acerca das sociedades anônimas, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) O aumento de capital social nas sociedades anônimas pode ser previamente autorizado pelo estatuto social e será concretizado mediante deliberação favorável da Assembleia de Acionistas ou do Conselho de Administração, podendo a autorização em questão afastar o exercício do direito de preferência dos sócios.
- b) Em caso de aquisição de controle, é obrigatória a oferta pública de aquisição das ações não integrantes do bloco de controle, assegurando-se um preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago pelas ações do bloco de controle, sendo que esse valor não pode ser alterado pelo estatuto social da companhia.
- c) A sobreposição integral entre os membros do conselho de administração e da diretoria nas sociedades anônimas não encontra óbice no direito brasileiro.
- d) Tratando-se de sociedade anônima aberta, o mandato dos membros da diretoria não pode ultrapassar 3 (três) anos, sendo permitida apenas uma recondução.

44 - Acerca das sociedades anônimas e do mercado de capitais, assinale a alternativa correta.

- a) A expressão *capital votante* de uma sociedade anônima engloba o conjunto de ações ordinárias, preferenciais e de fruição.
- b) A Comissão de Valores Mobiliários e as Bolsas de Valores são órgãos estatais responsáveis pela regulação do mercado de capitais no Brasil.
- c) A sociedade anônima somente poderá ter nome empresarial do tipo denominação social.
- ▶ d) O exercício do direito de preferência dos acionistas quando da emissão de novas ações deve recair, sempre que possível, sobre ações da mesma classe e da mesma espécie.

45 - Acerca das sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) O credor do sócio de sociedade limitada, não restando outros bens penhoráveis e não havendo possibilidade de satisfação por meio de dividendos, pode pedir a dissolução da sociedade para satisfazer seu crédito.
- b) As deliberações de uma sociedade limitada com 15 (quinze) sócios têm que ser tomadas por meio de reunião.
- c) O Conselho Fiscal é facultativo nas sociedades limitadas, mas, se criado, deve ser composto exclusivamente por sócios.
- d) A divisão do capital social da sociedade limitada não pode ser feita em quotas desiguais.

46 - Acerca do direito das relações de consumo, assinale a alternativa correta.

- a) A desconsideração da personalidade jurídica no âmbito das relações de consumo tem como requisitos obrigatórios a comprovação da confusão patrimonial ou do desvio de finalidade.
- b) A relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes não está sujeita ao Código de Defesa do Consumidor.
- c) A publicidade baseada em informação falsa é considerada abusiva pelo Código de Defesa do Consumidor.
- ▶ d) No caso de compra feita fora do estabelecimento do fornecedor, o prazo para arrependimento do consumidor é de 7 dias, sendo que o exercício do direito de arrependimento implica a devolução do valor pago monetariamente atualizado.

47 - Acerca das sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade pela exata estimação dos bens integralizados por sócio de sociedade limitada é exclusiva do sócio que aportou o bem em questão.
- ▶ b) O quórum legal previsto para a oposição à entrada de terceiro em sociedade limitada pode ser alterado no contrato social.
- c) A indicação do administrador de sociedade limitada, necessariamente sócio, pode ser feita por instrumento em separado ao contrato social.
- d) A administração atribuída a todos os sócios de uma sociedade limitada se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa condição.

48 - Acerca do procedimento falimentar, assinale a alternativa correta.

- a) A revogação dos atos anteriores à falência por meio de ação revocatória, em regra, independe da prova da intenção de prejudicar os credores.
- b) As habilitações de crédito retardatárias aproveitam os rateios realizados anteriormente a sua habilitação.
- c) Na hipótese de habilitação de crédito com garantia real, se o leilão do bem gravado não for suficiente para a satisfação do crédito, o valor faltante será considerado crédito subordinado.
- ▶ d) O arrematante em alienação ordinária no âmbito de processo falimentar tem afastada a sucessão trabalhista.

49 - Acerca da recuperação de empresas, assinale a alternativa correta.

- a) O plano de recuperação judicial deverá instruir a petição inicial da recuperação judicial.
- b) A aprovação do Plano de Recuperação Judicial dá-se por maioria simples dos créditos em cada uma das classes da Assembleia de Credores.
- ▶ c) O Plano de Recuperação Judicial não está restrito aos meios de recuperação elencados na legislação falimentar.
- d) Na hipótese de convalidação da recuperação em falência, os créditos derivados de atos jurídicos válidos durante a recuperação judicial não são tratados como extraconcursais.

50 - Acerca dos títulos de crédito, assinale a alternativa correta.

- a) O aval parcial em letra de câmbio não é válido no direito brasileiro.
- ▶ b) No caso de endosso mandato, o endossatário só responde por danos decorrentes do protesto indevido se extrapolar os poderes de mandatário.
- c) A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito goza de autonomia em razão da liquidez do título que a originou.
- d) A duplicata é um título de crédito abstrato que pode se originar de qualquer relação jurídica de crédito.

DIREITO PENAL

51 - Sobre a fixação da pena e execução penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- ▶ a) A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.
- b) Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- c) A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.
- d) A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.

52 - Acerca das teorias da ação, assinale a alternativa correta.

- a) Para a teoria finalista da ação, crime é um fato típico, antijurídico e culpável, consistindo a culpabilidade no elo subjetivo que liga a ação ao resultado.
- b) Para a teoria finalista da ação, a conduta é um comportamento humano dirigido a um fim predeterminado pelas causas anteriores.
- ▶ c) Para a teoria causalista ou naturalista da ação, a conduta é um comportamento humano voluntário no mundo exterior, consistindo em fazer ou não fazer.
- d) Para a teoria finalista da ação, a conduta é um comportamento humano simplesmente causal.

53 - Ainda sobre a aplicação da pena e execução penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Para efeitos penais, o reconhecimento da maioria do réu requer prova por documento hábil.
- b) A pena privativa de liberdade aplicada não superior a 6 (seis) meses pode ser substituída pela de multa, observados os critérios dos incisos II e III do art. 44 do Código Penal.
- ▶ c) Não compete ao juízo das execuções penais do Estado a execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos à administração estadual.
- d) A incidência da circunstância atenuante, pelo entendimento majoritário da jurisprudência pátria, não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.

54 - Sobre a reincidência, é correto afirmar:

- a) Influi automaticamente no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- ▶ b) É causa interruptiva da prescrição da pretensão executória.
- c) É causa interruptiva da prescrição da pretensão punitiva e da prescrição da pretensão executória.
- d) É causa suspensiva da prescrição da pretensão punitiva.

55 - Sobre concurso de crimes e suspensão condicional do processo penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Há concurso formal próprio quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, ausente o desígnio autônomo.
- b) O benefício da suspensão condicional do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano.
- c) No concurso material, as penas privativas de liberdade são aplicadas cumulativamente.
- ▶ d) No concurso formal impróprio, aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, aumentada de um sexto até metade.

56 - Sobre a parte especial do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) São crimes praticados por funcionário público: concussão, corrupção passiva, facilitação de contrabando ou descaminho, prevaricação, condescendência criminosa, advocacia administrativa, violência arbitrária, tráfico de influência, extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento e inutilização de edital ou de sinal.
- ▶ b) São crimes praticados por funcionário público: peculato, inserção de dados falsos em sistema de informações, modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento e emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- c) São crimes praticados por particular: usurpação de função pública, resistência, desobediência, desacato, corrupção ativa, advocacia administrativa e sonegação de contribuição previdenciária.
- d) São crimes contra a administração da justiça: reingresso de estrangeiro expulso, denúncia caluniosa, comunicação falsa de crime ou de contravenção, autoacusação falsa, falso testemunho ou falsa perícia e fraude de concorrência.

57 - Quanto a delitos em espécie, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido.
- b) Aplica-se ao crime de estelionato, em que figure como vítima entidade autárquica da previdência social, a qualificadora do § 3.º do art. 171 do Código Penal.
- ▶ c) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado não configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual.
- d) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.

58 - Sobre os delitos de favorecimento pessoal e favorecimento real, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) O agente que auxilia pessoa acusada pela prática de crime a que é cominada pena de reclusão a furtar-se à ação da autoridade pratica, em tese, o delito de favorecimento pessoal.
- b) O agente que auxilia pessoa acusada da prática de crime a furtar-se à ação da autoridade pratica o delito de favorecimento real.
- c) O agente que auxilia pessoa a tornar seguro o proveito do crime é considerado partícipe do delito em qualquer caso.
- d) O agente que auxilia pessoa a tornar seguro o proveito do crime pratica o delito de favorecimento pessoal.

59 - Sobre o estelionato e o delito de moeda falsa, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) No estelionato previdenciário, manifestado pelo recebimento sucessivo das parcelas do benefício, tem-se a figura de um crime permanente cujo lapso prescricional começa a contar da data em que cessa a permanência, para aquele que recebe os valores mensalmente.
- ▶ b) No crime de moeda falsa, é irrelevante o elemento subjetivo em razão do risco social criado.
- c) No crime de moeda falsa, é necessária a *imitatio veritatis* e não a perfeição da *imitatio veri*, exigindo-se para a configuração do delito a aptidão para enganar número indeterminado de pessoas.
- d) O estelionato praticado contra a Caixa Econômica Federal, empresa pública federal, é da competência da Justiça Federal, sendo cabível a figura majorada pelo dano à entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.

60 - O arrependimento eficaz:

- a) pode ocorrer durante a execução e após a consumação do crime.
- b) somente se caracteriza depois da cogitação e antes da preparação do crime.
- c) somente se caracteriza depois da preparação e antes da execução do crime.
- ▶ d) se caracteriza depois do início da execução e antes da consumação do crime.

DIREITO CIVIL**61 - A respeito da disciplina jurídica das relações familiares na perspectiva da conjugalidade, assinale a alternativa correta.**

- a) Na união entre pessoas do mesmo sexo, ausente contrato de convivência, aplica-se o regime das sociedades de fato, sendo juridicamente inviável pretender aplicar-se o regime da comunhão parcial de bens, admissível somente nas uniões estáveis constituídas na união entre homem e mulher.
- b) Conforme diretamente decorrente de norma constitucional, o divórcio vincular pode ocorrer de modo direto, após dois anos de separação de fato, ou mediante conversão, um ano após a separação judicial.
- ▶ c) O regime da comunhão parcial de bens exclui da comunhão os bens adquiridos anteriormente ao casamento, mas qualifica como comuns os frutos dos bens comuns ou particulares, de modo que são bens comuns os alugueres advindos de um imóvel integrante do patrimônio particular de um dos cônjuges.
- d) A doação realizada a qualquer dos cônjuges integra a comunhão no regime de comunhão universal de bens, exceto se gravada com cláusula de incomunicabilidade, desde que, em qualquer caso, o doador tenha expressamente descrito, no título da liberalidade, a justa causa para a imposição desse gravame.

62 - Sobre o tratamento jurídico oferecido às relações de parentesco pelo Direito de Família contemporâneo, considere as seguintes afirmativas:

1. A presença dos elementos da posse de estado de filho (*tractatio, reputatio e nominatio*) pode gerar o reconhecimento da filiação socioafetiva, que se insere no âmbito do denominado parentesco parabiológico.
2. A irrevogabilidade do reconhecimento de filhos elimina a possibilidade de anulação do ato por erro essencial.
3. Conforme expressa disposição do Código Civil, a presunção de paternidade dos filhos da mulher casada advindos de inseminação artificial homóloga é admitida mesmo que falecido o marido.
4. O filho maior somente pode ser reconhecido com o seu consentimento, sendo vedada, porém, a desconstituição do vínculo parental por aquele que foi reconhecido quando menor.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- ▶ b) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

63 - Sobre os direitos reais, assinale a alternativa correta.

- a) O direito de superfície não pode ser alienado pelo superficiário a terceiros, embora se admita, quanto a esse direito, a sucessão *mortis causa*.
- b) O direito real de habitação somente pode ser constituído mediante negócio jurídico entre o titular do direito real limitado e o proprietário.
- ▶ c) No penhor agrícola, o credor pignoratício não tem a posse direta sobre o bem empenhado, que permanece na posse do devedor.
- d) A servidão de trânsito é direito de vizinhança que se constitui em favor do titular do prédio encravado, tendo a natureza de um direito potestativo cujo exercício se sujeita ao pagamento de indenização ao proprietário do prédio serviente pelo proprietário do prédio dominante.

64 - Francisco, casado com Natalia pelo regime da separação legal de bens, morreu na data de hoje, deixando quatro filhos, Daniela, Pedro, Maria e Joaquim, todos eles filhos comuns do *de cuius* e da viúva. Francisco deixa como único bem um apartamento. Diante dos fatos narrados, assinale a alternativa correta.

- a) Natália herdou a quarta parte do apartamento, sendo os outros três quartos divididos entre os filhos, cabendo à viúva direito real de habitação.
- b) Natália herdou a quinta parte do apartamento, sendo os outros quatro quintos divididos entre os filhos, não cabendo à viúva o direito real de habitação.
- ▶ c) Natália não é herdeira de Francisco, mas tem direito real de habitação sobre o apartamento.
- d) Natália não é herdeira de Francisco, mas tem direito à meação dos bens do casal.

65 - Sobre a classificação das obrigações e seus efeitos, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Nas obrigações de dar coisa certa, a mora do credor dispensa o devedor da obrigação de conservação da coisa, e autoriza o devedor a consignar a coisa em juízo, com o fito de se desobrigar.
- b) Nas obrigações de não fazer, a violação do dever de abstenção autoriza o credor a desfazer aquilo que foi feito pelo devedor, sendo que, sendo essa a opção do credor, não poderá ele exigir do devedor indenização por perdas e danos.
- c) Nas obrigações disjuntivas, há apenas uma prestação devida, mas o devedor se reserva a faculdade de substituí-la por prestação diversa.
- d) Se vários forem os credores de uma obrigação indivisível, a suspensão do prazo prescricional em favor de qualquer um deles somente aproveita aos demais se a obrigação for também solidária.

66 - A respeito dos princípios do contrato, considere as seguintes afirmativas:

1. **O *venire contra factum proprium* somente é vedado quando ofende a boa-fé subjetiva.**
2. **O *tu quoque* consiste em figura parcelar da boa-fé objetiva, e significa o dever de mitigação dos próprios prejuízos.**
3. **A ruptura injustificada das tratativas preliminares que frustrate a fundada confiança despertada na outra parte constitui ofensa à boa-fé, gerando dever de indenizar.**
4. **A *surrectio* consiste na proteção a terceiros de boa-fé que tenham adquirido onerosamente o bem originalmente comprado a *non domino* pelo alienante.**

Assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

67 - Sobre a locação de imóveis urbanos, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Tratando-se de locação não residencial de imóvel urbano em que o locador procede à prévia aquisição do imóvel então especificado pelo pretendente à locação, a fim de que seja a este locado por prazo determinado, pode ser convencionada renúncia ao direito de revisão dos aluguéis durante o prazo de vigência do contrato.
- b) A denúncia vazia pelo locador é admitida nos contratos de locação celebrados por prazo determinado desde que mediante pagamento da cláusula penal e notificação oferecendo ao locatário prazo não inferior a trinta dias para desocupar o imóvel.
- c) A retomada de imóvel residencial para uso próprio é possível mesmo durante o prazo de vigência do contrato celebrado por prazo determinado.
- d) Nos contratos de locação residencial celebrados por prazo inferior a trinta meses, permanecendo o locatário no imóvel, sem oposição do locador, após o término do prazo contratado, prorroga-se a locação automaticamente, cessando, porém, eventual fiança que tenha sido pactuada para garantir o pagamento dos aluguéis e acessórios.

68 - A respeito dos direitos da personalidade, considere as seguintes afirmativas:

1. **Prevalece no Brasil a tutela tipificadora dos direitos da personalidade, de modo que não se pode reconhecer direito da personalidade que não esteja expressamente previsto em lei.**
2. **Os direitos da personalidade são intransmissíveis, o que implica afirmar que, falecido o seu titular, os sucessores não terão legitimidade para exigir que cesse lesão ou ameaça de lesão aos direitos da personalidade do morto.**
3. **O nome da pessoa não pode ser empregado em publicações que a sujeitem ao desprezo público, sendo, porém, requisito indispensável para essa proibição que o autor da publicação tenha intenção difamatória.**
4. **Admite-se a tutela inibitória para evitar a prática de ato ilícito consistente em violação da vida privada.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- ▶ d) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.

69 - Sobre a prescrição e a decadência, assinale a alternativa correta.

- a) As causas impeditivas da prescrição somente podem ocorrer uma vez.
- ▶ b) A prescrição admite renúncia por aquele a quem ela aproveita, desde que posterior à consumação do prazo prescricional previsto em lei.
- c) A prescrição extingue o direito subjetivo, ao passo que a decadência extingue o direito potestativo.
- d) A decadência legal não se submete a causas impeditivas da fluência do seu prazo, inexistindo exceção a essa regra.

70 - Sobre a responsabilidade civil, considere as seguintes afirmativas:

1. A responsabilidade objetiva por risco agravado exige a vítima não apenas da prova sobre a culpa, mas impede aquele a quem se busca imputar a causação do dano de empregar em sua defesa as alegações de caso fortuito e de força maior.
2. A responsabilidade do empregador pelos atos do seu empregado é objetiva por culpa *in eligendo*, admitindo-se que o empregador possa ser eximido da responsabilidade se demonstrar que foi diligente na escolha do empregado e na fiscalização do desempenho do trabalho.
3. A responsabilidade civil objetiva derivada da cláusula geral do risco prevista no Código Civil ocorre quando o dano é causado por pessoa cuja atividade normalmente desenvolvida, por sua natureza, acarreta riscos para os direitos de outrem.
4. A responsabilidade civil nas relações de consumo é sempre objetiva.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- ▶ d) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.

DIREITO TRIBUTÁRIO

71 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) São características do gênero preço público: regime jurídico contratual, facultatividade, possibilidade de rescisão, cobrança proporcional ao uso, cobrança no caso de uso apenas efetivo, não submissão ao regime tributário.
- b) São características da taxa: regime jurídico legal, cobrança compulsória, submissão ao regime tributário, cobrança no caso de uso efetivo e potencial.
- ▶ c) As contribuições de melhoria poderão ser instituídas exclusivamente pelos Municípios no caso de obras públicas que gerem valorização direta ou indireta do imóvel.
- d) Os empréstimos compulsórios poderão ser instituídos exclusivamente pela União, por meio de lei complementar, com recursos vinculados à despesa que lhes fundamentou a origem.

72 - Assinale a alternativa correta.

- a) A prescrição se suspende, para todos os efeitos de direito, com a inscrição em dívida ativa, por cento e oitenta dias ou até a distribuição da execução fiscal.
- b) No caso do juiz suspender o curso da execução fiscal, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, correrá o prazo de prescrição.
- c) A constituição definitiva do crédito não se opera com o pedido de parcelamento, haja vista a inexistência de previsão expressa no CTN.
- ▶ d) A prescrição do crédito tributário, segundo jurisprudência pacífica dos tribunais superiores, somente se conta, no caso da dívida tributária do IR, após a Declaração de Ajuste Anual.

73 - Assinale a alternativa correta.

- a) As contribuições previdenciárias podem ter suas alíquotas alteradas por decreto do Poder Executivo, nas condições e limites legais.
- ▶ b) É facultado ao Poder Executivo alterar as bases de cálculo do Imposto sobre a Importação.
- c) Poder Executivo pode alterar as alíquotas do Imposto sobre a Importação, nas condições e limites legais.
- d) A arrematação em leilão de produto apreendido ou abandonado é fato gerador do Imposto sobre Produtos Industrializados.

74 - Assinale a alternativa correta.

- a) As disposições do CTN aplicam-se, no que couber, às contribuições do FGTS.
- ▶ b) Excetuam-se ao princípio da legalidade tributária apenas os seguintes tributos: Imposto de Importação, Imposto de Exportação, IPI, IOF, CIDE-Combustíveis e ICMS-Combustíveis.
- c) A matéria tributária submetida à reserva legal pode ser veiculada via medida provisória, ainda que diga respeito à legislação complementar.
- d) A vedação constitucional da vinculação de receita aplica-se aos tributos em geral.

75 - Com relação à competência tributária, assinale a alternativa correta.

- a) A retenção ou restrição à entrega dos recursos, produto de arrecadação dos impostos sobre a renda e provento de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, atribuídos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, é possível somente nos casos estabelecidos por lei complementar.
- b) É facultado aos Estados instituírem impostos extraordinários, definidos em lei complementar, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal.
- c) Os impostos extraordinários são obrigatoriamente temporários, podendo a União instituí-los, independentemente da sua competência tributária prevista pela Constituição Federal, desde que observado o princípio da anterioridade.
- ▶ d) O art. 150, VI, da Constituição Federal impede o exercício da competência tributária em relação a impostos que incidam sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros.

76 - Assinale a alternativa correta.

- ▶ a) O termo inicial para a apresentação de embargos à execução fiscal é da intimação da penhora (ou do depósito ou a fiança bancária) e não da juntada do termo nos autos.
- b) O executado, após recebida a petição inicial da execução, será citado para que, no prazo de três dias, efetue o pagamento da quantia devida.
- c) Em virtude de legislação especial, na execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União e suas autarquias não se admite a aplicação das normas do Código de Processo Civil.
- d) Não se admite penhora sobre estabelecimento comercial, por tratar-se de instrumento necessário à continuação da atividade empresarial.

77 - Assinale a alternativa correta.

- a) O responsável tributário é aquele que tem relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- b) A substituição tributária regressiva objetiva facilitar a fiscalização, ao contrário da substituição tributária progressiva.
- ▶ c) A simples confissão de dívida tributária por meio de DCTF formaliza o crédito tributário, tornando desnecessário o lançamento pelo fisco.
- d) O lançamento de ofício pressupõe a participação indireta do contribuinte.

78 - Assinale a alternativa correta.

- a) A Constituição Federal autoriza a instituição de contribuição de seguridade social que incida apenas sobre o pagamento de salário, mas não sobre o pagamento de rendimento de trabalho prestado sem vínculo empregatício.
- b) A COFINS e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são contribuições parafiscais que se submetem ao princípio da anterioridade, segundo o qual tributos não podem ser cobrados no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- c) As entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei são imunes à incidência de contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas.
- ▶ d) No que tange à contribuição de intervenção no domínio econômico relativa à atividade de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, a alíquota do tributo, instituída por lei, poderá ser reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo.

79 - Assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Sujeitam-se à criação por lei complementar, segundo a CF, exclusivamente, o imposto sobre grandes fortunas, os empréstimos compulsórios, os impostos residuais e as contribuições previdenciárias residuais.
- b) As obrigações acessórias e a atualização monetária do tributo submetem-se à reserva legal.
- c) A lei interpretativa não pode retroagir, em razão do princípio da irretroatividade tributária.
- d) É constitucional a lei municipal que tenha estabelecido antes da EC 29/00 a progressividade das alíquotas do IPTU, exceto para o cumprimento da função social da propriedade urbana.

80 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Se lei complementar tratar de matéria de lei ordinária, aquela poderá ser alterada por mera lei ordinária, já que se trata de excesso legislativo.
- ▶ b) Coube à CF prever as contribuições da previdência social e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, e, à legislação infraconstitucional, as contribuições de intervenção no domínio econômico.
- c) Competência tributária é indelegável, ao contrário da capacidade tributária.
- d) Os impostos residuais são de competência exclusiva da União, devendo respeitar os ineditismos da base de cálculo e do fato gerador, bem como por serem não cumulativos.

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIA E REGIME INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

81 - Sobre a organização do Poder Judiciário do Paraná, considere as seguintes afirmativas:

1. São órgãos do Tribunal de Justiça: os Tribunais do Júri, os Juízes de Direitos, os Juízes de Direito Substitutos de entrância final, os Juizes Substitutos, os Juizados Especiais e os Juizes de Paz.
2. O Conselho da Magistratura será composto pelos 25 (vinte e cinco) Desembargadores mais antigos do Tribunal de Justiça.
3. A cúpula diretiva do Tribunal de Justiça é composta pelo Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, Corregedor-Geral da Justiça e Corregedor.
4. Os Desembargadores do quinto constitucional poderão integrar a cúpula diretiva do Tribunal de Justiça.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- ▶ b) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

82 - Acerca da organização do Tribunal de Justiça do Paraná, considere as seguintes afirmativas:

1. O Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário estadual, composto por cento e quarenta e cinco (145) Desembargadores, tem sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado.
2. Um quinto (1/5) dos lugares do Tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez (10) anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
3. Verificada vaga de Desembargador, a ser preenchida por magistrado de carreira, o Presidente do Tribunal de Justiça convocará o órgão competente para o preenchimento do respectivo cargo.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- ▶ d) As afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

83 - Sobre as seções judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná, numere a coluna da direita de acordo com sua correspondência com a coluna da esquerda.

- | | |
|---|--|
| 1. Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. | () Foro Regional de Sarandi. |
| 2. Comarca da Região Metropolitana de Londrina. | () Foro Regional de Rolândia. |
| 3. Comarca da Região Metropolitana de Maringá. | () Foro Regional de Fazenda Rio Grande. |
| | () Foro Regional de Marialva. |
| | () Foro Regional de Ipirorã. |

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- a) 2 – 3 – 1 – 2 – 3.
- b) 2 – 3 – 2 – 2 – 1.
- c) 3 – 2 – 2 – 3 – 1.
- ▶ d) 3 – 2 – 1 – 3 – 2.

84 - Sobre a classificação das comarcas do Poder Judiciário do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta.

- a) Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel são sedes de comarcas de região metropolitana.
- b) Foz do Iguaçu, Guarapuava, Paranaguá e Guaratuba são comarcas de entrância final.
- ▶ c) Chopinzinho, Matinhos, Rio Negro e Palotina são comarcas de entrância intermediária.
- d) Goioerê, Ipiranga, Manguaçu e Xambê são comarcas de entrância inicial.

85 - Acerca das sessões e audiências do Tribunal de Justiça do Paraná, assinale a alternativa correta.

- a) As sessões ordinárias terão início às 14 horas, havendo uma tolerância de quinze minutos para a abertura dos trabalhos, e encerrar-se-ão às 20 horas, podendo ser prorrogadas quando o serviço exigir.
- b) As sessões serão privadas, exceto quando a publicidade encontrar fundamento legal expreso.
- ▶ c) Enquanto estiver sendo realizada qualquer sessão no Tribunal, o expediente do pessoal, inclusive dos gabinetes, ficará automaticamente prorrogado.
- d) Do que ocorrer nas sessões, o secretário lavrará ata circunstanciada, que será lida, discutida, emendada, se for o caso, e votada na sessão imediata, assinando-a com o Presidente e com os demais Desembargadores presentes à sessão.

86 - Sobre a competência do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná, identifique como verdadeiros (V) ou falsos (F) os seguintes itens:

- () Indicar em sessão pública, mediante votação secreta, os advogados para compor o Tribunal Regional Eleitoral.
- () Aprovar e emendar o Regimento Interno.
- () Homologar o resultado de concurso para o ingresso na Magistratura.
- () Proceder à investigação de crime, em tese, praticado por Juiz.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- ▶ a) F – F – V – V.
- b) V – V – F – F.
- c) V – F – V – F.
- d) F – V – F – V.

87 - Acerca do relator, do revisor, da vinculação e da restituição de processos no Tribunal de Justiça do Paraná, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Compete ao relator deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal.
- b) Há revisão nas apelações cíveis, agravos de instrumento, apelações criminais, ações rescisórias, revisões criminais e embargos infringentes e de nulidade.
- c) Concluída a revisão, compete ao relator pedir dia para julgamento.
- d) Salvo disposição em contrário, os servidores do Tribunal terão o prazo de cinco dias para os atos do processo.

88 - Acerca dos julgamentos no Tribunal de Justiça do Paraná, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Para cada sessão será elaborada uma pauta de julgamento, observada a antiguidade dos feitos dentro da mesma classe.
- () Aberta a sessão a toque de campainha, havendo quórum, o Presidente passará imediatamente a palavra ao Relator do feito número um constante da pauta.
- () Os julgamentos obedecerão à seguinte ordem: I. os habeas corpus levados em mesa; II. processos constantes da pauta; III. processos que independem de publicação.
- () Não haverá sustentação oral no julgamento de agravos, embargos declaratórios, conflitos, correções parciais e mandados de segurança.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – V – F – F.
- ▶ b) V – F – V – F.
- c) F – V – F – V.
- d) F – F – V – V.

89 - Acerca dos atos e dos termos do Tribunal de Justiça do Paraná, assinale a alternativa correta.

- a) Os acórdãos são reservados às decisões tomadas na função jurisdicional.
- b) Constarão de decretos judiciais as decisões do Órgão Especial sobre propostas de lei de sua iniciativa.
- ▶ c) O provimento é ato de caráter normativo, a expedir-se como regulamentação geral da Corregedoria da Justiça, tendo a finalidade de esclarecer e orientar quanto à aplicação de dispositivos de lei.
- d) Os atos da competência do Presidente relativos à movimentação de magistrados, investidas e exercício funcional dos servidores do Poder Judiciário serão consignados em forma de resoluções.

90 - Acerca do processo no Tribunal de Justiça do Paraná, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Atuará como Relator do incidente de uniformização de jurisprudência o do feito em que foi suscitado.
- b) O pedido de revisão criminal será distribuído, com a prova do trânsito em julgado, a um Relator, preferencialmente a um que já tenha pronunciado decisão em qualquer fase do processo.
- c) O exame do cabimento do pedido de intervenção federal no Estado compete ao Tribunal Pleno, em processo de iniciativa do Presidente ou decorrente de representação.
- d) O agravo regimental terá efeito suspensivo.

91 - Acerca dos processos incidentes no Tribunal de Justiça do Paraná, assinale a alternativa correta.

- a) O Desembargador ou o Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau que se considerar suspeito ou impedido fará a declaração em ofício dirigido ao Corregedor-Geral da Justiça.
- b) Para preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade de suas decisões, caberá pedido de correção parcial pela parte interessada ou pelo Ministério Público.
- c) Poderá o Presidente do Tribunal, a requerimento de qualquer interessado, suspender, em decisão fundamentada, a execução de liminar nas ações movidas contra o Poder Público.
- ▶ d) O Relator poderá determinar o sobrestamento do processo quando o julgamento depender, em outra causa, de questão prejudicial externa.

92 - Acerca das requisições de pagamento, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () O juízo da execução requisitará ao Presidente do Tribunal, mediante precatório, o pagamento das importâncias devidas pelas Fazendas Públicas em virtude de decisões judiciais, excetuadas as correspondentes a obrigações de pequeno valor definidas em lei.
- () Deferido o precatório, o Presidente expedirá requisição da quantia necessária ao pagamento do débito judicial, endereçada ao ordenador de despesa da entidade de direito público devedora, comunicando o fato ao Juízo requisitante.
- () Será obrigatória a inclusão, no orçamento da entidade de direito público devedora, relativamente a precatório deferido e requisitado no Tribunal de Justiça, quando apresentada a requisição no ente devedor até 31 de dezembro.
- () Caberá ao Corregedor-Geral da Justiça, a requerimento do credor preterido em seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário ao pagamento do precatório, autorizar o sequestro de quantia necessária à satisfação do débito.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – F – V – F.
- b) F – V – F – V.
- ▶ c) V – V – F – F.
- d) F – F – V – V.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

93 - Sobre o ato infracional e as medidas socioeducativas, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A aplicação de medidas socioeducativas ao adolescente, pela prática de ato infracional, é da competência exclusiva do juiz.
- b) É necessária a oitiva do adolescente infrator antes de decretar-se a regressão da medida socioeducativa.
- c) A prescrição penal é aplicável às medidas socioeducativas.
- ▶ d) Em caso de prática de ato infracional, medidas socioeducativas podem ser aplicadas às crianças e aos adolescentes.

94 - Sobre as medidas socioeducativas, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) A medida socioeducativa a ser aplicada deve levar em conta, pelo ECA, a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.
- b) A prestação de trabalho forçado não pode ser aplicada sob pretexto algum, exceto quando manifestada a reincidência e houver expressa previsão judicial.
- c) As medidas socioeducativas restritivas de liberdade devem obrigatoriamente ser cumpridas em estabelecimento educacional.
- d) A remissão, quando concedida, implica necessariamente o reconhecimento e a comprovação da responsabilidade do adolescente pelo ato infracional e só pode ser aplicada por ocasião da sentença.

95 - Sobre família e filiação, nos termos do ECA, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Família extensa ou ampliada é aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- b) Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.
- ▶ c) O reconhecimento não pode preceder o nascimento do filho ou suceder-lhe ao falecimento, se deixar descendentes, ainda que exista proteção jurídica posterior.
- d) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.

96 - Acerca da aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa INCORRETA.

- ▶ a) O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, tal como o Código de Processo Penal, a figura do assistente de acusação.
- b) É possível cumular a remissão (art. 126 do ECA) com a aplicação de medida socioeducativa que não implique restrição à liberdade do adolescente infrator, nos termos do art. 127 do ECA.
- c) É desnecessária a intervenção da Defensoria Pública como curadora especial da criança e do adolescente na ação de destituição de poder familiar ajuizada pelo Ministério Público.
- d) O magistrado de vara da infância e juventude tem o poder de determinar, mesmo de ofício, a realização de matrícula em estabelecimento de ensino, quando a criança ou o adolescente estiver em situação de risco, sem que isso importe em violação do princípio dispositivo.

97 - Sobre o instituto da guarda, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A guarda é instituto que regulariza a posse de fato e obriga a seu detentor prestar assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente.
- ▶ b) A fixação da guarda pode ser conferida incidentalmente em qualquer processo de tutela ou adoção, quando o objetivo é a proteção da criança ou do adolescente.
- c) Admite-se em circunstâncias excepcionais que a guarda seja concedida fora dos casos de tutela e adoção, para suprir a falta eventual dos pais ou responsável.
- d) A criança ou adolescente sob guarda tornam-se dependentes para todos os fins do detentor judicialmente instituído.

98 - Sobre a adoção, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A observância, em processo de adoção, da ordem de preferência do cadastro de adotantes deverá ser excepcionada em prol do casal que, embora habilitado em data posterior à de outros adotantes, tenha exercido a guarda da criança pela maior parte da sua existência, ainda que a referida guarda tenha sido interrompida e posteriormente retomada pelo mesmo casal.
- b) Para as adoções *post mortem*, vigem, como comprovação da inequívoca vontade do *de cujus* em adotar, as mesmas regras que comprovam a filiação socioafetiva, quais sejam, o tratamento do menor como se filho fosse e o conhecimento público dessa condição.
- ▶ c) A adoção, segundo o ECA, pode ser feita pessoalmente ou por procurador com poderes especiais.
- d) Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando e o adotante deve ser, pelo menos, 16 (dezesesseis) anos mais velho do que o adotando.

99 - Sobre adoção e guarda, segundo o ECA, assinale a alternativa correta.

- a) O falecimento do adotante restabelece o poder familiar dos pais naturais.
- ▶ b) Admite-se a guarda compartilhada entre avó e tio, não sendo exclusividade de genitores.
- c) A adoção internacional pode ser deferida mesmo se, após consulta ao cadastro de pessoas ou casais habilitados à adoção, mantido pela Justiça da Infância e da Juventude na comarca, bem como aos cadastros estadual e nacional, for encontrado interessado com residência permanente no Brasil.
- d) Para adoção internacional, brasileiros residentes no exterior concorrem em pé de igualdade com os estrangeiros residentes no exterior.

100 - Sobre poder familiar e delitos previstos no ECA, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Na colocação em família substituta de criança, o consentimento dos titulares do poder familiar será colhido pela autoridade judiciária competente em audiência, presente o Ministério Público, garantida a livre manifestação de vontade e esgotados os esforços para manutenção da criança ou do adolescente na família natural ou extensa.
- b) O procedimento para suspensão do poder familiar pode ter início por provocação de quem tenha legítimo interesse.
- ▶ c) Para fins de autorização de viagem nacional, tanto a criança quanto o adolescente precisam de autorização dos pais ou do juiz.
- d) Para fins de viagem internacional, sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.